

Artigos Livres

Francisco Adolfo de Varnhagen e a representação dos movimentos populares na “História Geral do Brasil”¹

Francisco Adolfo de Varnhagen and the representation of popular movements in “História Geral do Brasil”

Tainara Aparecida de Carvalho,² UFOP

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender a forma como os movimentos populares foram representados na obra *História Geral do Brasil*, escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen e publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857. A partir da análise de diversos trechos do trabalho relacionados com essas manifestações, busca-se evidenciar a contribuição de diferentes segmentos sociais para a formação do país, muitas vezes ofuscada pelo destaque conferido às ações dos líderes políticos. Concluiu-se que as convicções políticas de Varnhagen afetaram significativamente sua escrita. Além disso, observa-se que o autor atribui ao povo um lugar específico e complexo em sua narrativa. Ao mesmo tempo que revela a presença dos cidadãos nos processos políticos, Varnhagen apaga ações populares de caráter revolucionário.

Palavras-chave: Historiografia; Varnhagen; Movimentos populares.

Abstract

The article aims to understand how popular movements were represented in the work *História Geral do Brasil*, written by Francisco Adolfo de Varnhagen and published in two volumes, in 1854 and 1857. Based on an analysis of various excerpts from the work related to these manifestations, it seeks to highlight the contribution of different social segments to the formation of the country, often overshadowed by the prominence given to the actions of political leaders. It was concluded that Varnhagen's political convictions significantly affected his writing. In addition, it is observed that the author attributes a specific and complex place to the people in his narrative. While highlighting the presence of citizens in political processes, Varnhagen downplays popular actions of a revolutionary nature.

¹Este artigo originou-se da monografia, *A representação das classes populares na obra “História da Independência do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen*, que, produzida com a orientação da Profa. Dra. Luisa Rauter Pereira, foi aprovada em fevereiro de 2024 no Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, área de concentração em Poder e Linguagens. E-mail: tainara.carvalho@aluno.ufop.edu.br.

Keywords: Historiography; Varnhagen; Popular movements.

Introdução

Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em São João de Ipanema, era filho de uma portuguesa e de um engenheiro militar alemão contratado pela Coroa. Embora tenha passado a maior parte de sua vida fora do Brasil, pois trabalhava como diplomata para o Império, publicou obras relevantes sobre sua pátria: *História Geral do Brasil* e *História da Independência do Brasil*.³

Varnhagen, considerado um dos pilares da cadeia historiográfica, chegou a ser chamado de “Heródoto brasileiro”. Embora não se identificasse com nenhuma corrente teórica, orientava-se por uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que relacionavam-se com o estabelecimento da verdade histórica por meio da pesquisa em arquivos, da objetividade narrativa e de uma certa noção de imparcialidade.⁴ Além disso, suas produções têm como ponto de articulação a chamada “retórica da nacionalidade”, conjunto de estratégias discursivas utilizadas para persuadir os brasileiros de que todos compartilham de um passado comum, possuindo a mesma origem e identidade (Cezar, 2018).

A *História Geral do Brasil*, considerada a obra mais importante do Visconde de Porto Seguro,⁵ em linhas gerais, concretiza o plano de escrita definido por Carl von Martius. O naturalista alemão venceu o concurso criado por Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),⁶ com o objetivo de selecionar o melhor projeto de escrita da história nacional. Na proposta apresentada, o vencedor defendeu que a narrativa deveria se basear na fusão das três raças: branca, indígena e negra. Caso o Instituto seguisse seu projeto, essa miscigenação conferiria uma identidade específica à nação em formação, transformando o Brasil em um país onde diferentes povos coexistem.

³ Obra publicada postumamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1916.

⁴ No Instituto, esse preceito relacionava-se à adoção de uma posição voltada à causa nacional, a qual se sobrepunha aos interesses particulares. Como a monarquia era frequentemente associada à defesa da nação, a ideia de imparcialidade que predominava no espaço do IHGB também se articulava à valorização do regime monárquico. Varnhagen, sócio da agremiação e intelectual que mantinha uma estreita relação com o Imperador D. Pedro II, adotou essa concepção de imparcialidade.

⁵ Varnhagen, através de um decreto do Imperador D. Pedro II, tornou-se Visconde de Porto Seguro em 1874.

⁶ Em 1838, intelectuais brasileiros criaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma instituição encarregada de unir os cidadãos do país, em especial as elites, em torno de um único sentimento nacional. Inspirado nas experiências europeias, o Instituto buscava coletar e publicar documentos relevantes sobre a história do Brasil, além de incentivar a produção de trabalhos sobre o tema.

No entanto, ao receber a tarefa de executar seu projeto historiográfico, von Martius recusou-a. Portanto, coube a Varnhagen transformar a proposta do naturalista alemão em uma das produções oitocentistas mais relevantes sobre a história do Brasil.

Esse projeto estava profundamente alinhado com o posicionamento ideológico adotado pelos sócios do IHGB. As narrativas construídas pelos intelectuais do Instituto apresentavam um viés conciliatório, autoritário e conservador. Além disso, os sócios da agremiação celebravam o legado europeu, pois “[...] a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa” (Guimarães, 1988, p. 6). Nesse contexto, atores sociais importantes para a formação do Brasil, como escravizados, indígenas e mulheres, foram relegados ao esquecimento. A proposta do naturalista alemão, embora destacasse a necessidade de um estudo aprofundado sobre os povos indígenas, atribui pouca importância à população negra, que, segundo o autor, atrapalhava o andamento do processo brasileiro de civilização.

Ao seguir o projeto criado por von Martius, Varnhagen imprimiu à narrativa suas próprias concepções sobre a formação histórica do Brasil. Porém, o resultado não agradou aos sócios do IHGB. A reação dos integrantes do Instituto à publicação da *História Geral do Brasil*, que não avaliaram o trabalho, deixou implícito que a obra havia desagradado. Segundo Guimarães (1995), a recepção pouco calorosa estaria associada às ideias que Varnhagen defendia com relação à religiosidade e à organização social dos nativos brasileiros.⁷ Os ataques aos jesuítas feitos pelo autor e a sua postura anti-indianista entravam em conflito com a posição adotada pelo Instituto, que buscava ressaltar a importância da atuação dos religiosos e via o indígena como um símbolo nacional. A partir da relação conturbada de Varnhagen com o IHGB, uma questão pode ser formulada: o autor, ao abordar os movimentos populares, reproduziu a tendência da agremiação de marginalizar esses episódios ou construiu uma interpretação própria?

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar os trechos da *História Geral do Brasil* em que o Visconde de Porto Seguro trata dos movimentos populares, identificando como essas ações foram narradas pelo autor. Dentre os estudos mais recentes dedicados à obra, destacam-se pesquisas sobre seu projeto historiográfico e sobre a representação dos

⁷Além dessa questão, é importante destacar que Varnhagen não atribuiu à miscigenação o mesmo papel conferido por von Martius. Para o autor, a língua, as leis, a religião e o governo eram legados europeus, sobretudo português (Ledesma-Alonso, 2021).

indígenas, o que evidencia a necessidade de uma investigação mais aprofundada acerca do tratamento conferido às revoltas populares (De Sousa Sá, 2024; Almeida, 2020).

Neste trabalho, o conceito de movimentos populares empregado faz referência às reivindicações organizadas contra o domínio português por “[...] aquela massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela [...]” (Prado Júnior, 1963, p. 283).

Análise da História Geral do Brasil

História Geral do Brasil foi publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, sendo posteriormente revista pelo próprio autor em 1877. Neste trabalho, seguindo a ordem cronológica dos fatos, o historiador aborda, no primeiro tomo, o início da colonização, questões relativas aos povos indígenas e à escravidão africana; já no segundo, destacam-se a dominação holandesa, a administração do Marquês de Pombal e as conspirações em Minas Gerais. Por fim, já se aproximando temporalmente dos acontecimentos narrados, Varnhagen menciona a proclamação de D. Pedro como Imperador e exalta o trabalho de seu pai, Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, na Real Fábrica de Ferro de Ipanema.

O primeiro trecho analisado, encontrado na seção XVII do primeiro tomo, trata do governo de Duarte da Costa, português que entre os anos de 1553 e 1558, substituindo Tomé de Souza, foi governador-geral do Brasil Colônia. A administração do lusitano foi marcada pelos diversos conflitos gerados pela resistência dos povos indígenas à ocupação de suas terras pelos colonizadores. Segundo Varnhagen, essa situação não durou muito, já que Álvaro da Costa, filho do governador-geral, conseguiu capturar um dos líderes dos nativos. Mesmo com essa vitória, o cenário ainda era desfavorável para a família:

As mencionadas victórias não faziam o governador nem seu filho mais populares. Queixou-se o povo de que elles decidiam a guerra, sem tomar accordo com os que em taes negocios deviam ser mais interessados, e pediam por isso ao rei que o novo governador que fosse nomeado trouxesse a mulher, mas não filho homem solteiro, se o tivesse; pois agora pae e filho abusavam de tal modo, que só cuidavam de seus lucros [...] (Varnhagen, 1877, p. 270).⁸

O povo ocupa um papel secundário no trecho. Varnhagen destaca quais foram as ações de Duarte da Costa que incomodaram os habitantes da colônia, mas não menciona quais

⁸ A grafia de todos os trechos da *História Geral do Brasil* citados segue a forma como eles aparecem nas fontes.

foram as classes sociais que expressaram seu descontentamento e nem quais foram os principais articuladores do movimento. Apesar desse aspecto, o autor atribui um papel ativo a esse grupo. Ao ressaltar que o povo dirigiu suas queixas ao rei, o historiador sugere que esses indivíduos buscavam defender seus interesses por meio de reivindicações encaminhadas à Coroa.

Encontrado na seção XIX do primeiro tomo, o próximo trecho aborda os conflitos que ocorreram entre o povo e os jesuítas com relação à administração dos indígenas. A questão envolvia o desejo dos colonos de explorar a mão de obra dos nativos e os ideais filantrópicos dos religiosos. Segundo Varnhagen, os jesuítas se contradiziam, já que, embora defendessem a liberdade dos nativos, também usufruíam do trabalho indígena em seus domínios. A revolta da população relacionava-se com esse paradoxo:

Os povos viram, na pretendida philantropia e protecção dos Indios, uma verdadeira decepção contra elles, quando os braços começavam a escacear para as primeiras necessidades da industria. A côrte, sem conhecimento do character dos Indios, e influida pelos mesmos jesuitas, julgou a princípio dever libertar aquelles completamente. Representou o povo em contra, provando que os que pertenciam ás aldêas ou missões da Companhia eram sim absolutamente immunes, e protegidos contra toda a classe de tropel estranho, mas que, bem considerado o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como taes, não só nos Collegios, como nas terras chamadas *dos Indios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuitas (Varnhagen, 1877, p. 313, grifo do autor).

O fragmento inicia-se de forma curiosa. Ao utilizar a palavra “povos”, Varnhagen não destaca a existência de um único coletivo que se opõe aos jesuítas, mas de vários. Assim, distancia-se da concepção de “povo” como uma classe homogênea e sugere a existência de diversos grupos sociais descontentes com a possível proibição da escravização indígena. Essa formulação não se mantém ao longo da passagem, pois o conceito generalizante de “povo” é adotado pelo autor em outra frase. A oscilação gera dúvida: tratava-se de diversos grupos reunidos em torno de um interesse comum, a manutenção da exploração da mão de obra nativa, ou de um coletivo homogêneo?

Encontrado na seção XXXIII do segundo tomo, o próximo trecho também faz referência a um conflito entre o povo e os jesuítas relacionado com a liberdade dos indígenas. Segundo Perrone-Moisés (1992), “[...] todos os autores que se dedicam, com interesses e abordagens diversas, ao estudo do período colonial reconhecem na questão da liberdade dos índios o “motor” da história colonial” (p. 115).

Dessa vez, o autor trata da reação popular ao *Breve Commissum Nobis*, bula promulgada pelo Papa Urbano VIII em 22 de abril de 1639. Nesse documento, o pontífice reconheceu a liberdade dos indígenas da América Portuguesa e Espanhola, proibiu sua redução à condição de escravos e estabeleceu uma pena para aqueles que desrespeitassem sua determinação, a excomunhão. A notícia do *Breve*, que só chegou às terras brasileiras em 1640, provocou diversos tumultos, revoltas e conflitos, o que culminou na expulsão dos jesuítas de várias cidades da Colônia. Nessas contendas, o destino dos nativos era o assunto principal: enquanto os colonos lutavam para que o sistema em que viviam se mantivesse vivo, já que a sua própria sobrevivência dependia do cativo indígena, os religiosos defendiam a liberdade dos nativos (Pinheiro, 2003).

No Rio, vendo os Jesuítas comprometida sua causa, e em perigo suas vidas n'um alboroto popular, em que o povo em massa fora de voz em grita á portaria do collegio, assentaram, de accordo com Salvador Corrêa, de propor uma transacção, por composição amigável, em que cada lado cedesse do mais exaggerado de suas pretensões (Varnhagen, 1877, p. 694).

A descrição de Varnhagen do episódio que se seguiu à notícia do *Breve* revela como o povo reagiu de forma violenta às determinações de Urbano VIII. A narração, além de evidenciar como os membros das classes populares rechaçavam leis que ameaçavam sua sobrevivência, ressalta como esses indivíduos, em certos cenários, recorriam à violência para evitar a implementação de mudanças em um sistema que lhes favorecia.

O Visconde de Porto Seguro ainda destaca como a situação foi resolvida:

Reunidos pois no collegio os procuradores dos padres e os da camara e povo, aos 22 de junho de 1640, declararam aquelles desistir dos direitos que podessem ter, com a publicação e execução da bulla, que exhibiam; bem como de serem parte em tal questão, ou de agenciarem por ella directamente em Roma, ou em qualquer outro tribunal, dando por nullo e subrepticio tudo quanto nesse sentido viesse em prejuizo do povo. Declararam mais que se não envolveriam na administração dos Indios que os moradores tivessem em suas casas, mas só nos das aldêas, dentro das quaes se obrigaram a não consentir que entrassem os dos particulares; e prometteram caridoso esquecimento do ataque feito ao collegio *in toto pro bono pacis*. — Pela sua parte a camara e povo comprometteram-se a desistir, e a retirar os capitulos e resposta que tinham dado em seu agravo, sem disso tornar a tratar nem directa, nem indirectamente; salvo se os padres faltassem ao que capitulavam (Varnhagen, 1877, p. 694, grifo do autor).

A descrição da resolução do conflito feita por Varnhagen revela uma oposição entre as atitudes tomadas pelo povo e pelos religiosos e governantes. Segundo o autor, enquanto a

massa popular recorreu à violência para defender seus interesses, os demais envolvidos preferiram resolver a questão em torno da escravização dos indígenas por meio de uma reunião. A menção às concessões feitas pelos jesuítas e pela câmara, que decidiram não implementar as exigências da bula papal e esquecer o ataque cometido pela população contra os padres, reforça essa interpretação do episódio. A expressão latina *in toto pro bono pacis*⁹ e o adjetivo “caridoso”, empregado para qualificar a decisão dos religiosos e dos governantes de relevar a violência praticada pela população, também contribuem para criar a imagem de que esses sujeitos eram moderados e conciliatórios.

O próximo trecho aborda a Revolta de Beckman, movimento que ocorreu em São Luís, no Maranhão, entre 1684 e 1685. Segundo Varnhagen, essa foi “[...] uma respeitável revolução, que de novo expulsa os Jesuítas, e que [...] veio a ser a mais séria até então operada nestes domínios” (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 775). Descrita na seção XXXVII do segundo tomo, essa revolta foi organizada por maranhenses descontentes com a atuação da Companhia de Comércio do Maranhão e com a liberdade dada aos indígenas pelos jesuítas.

Criada em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão era a única empresa autorizada a comprar e vender as mercadorias produzidas na capitania. Além disso, importava e comercializava, com exclusividade, outros produtos essenciais para o abastecimento da região. Em troca desses privilégios, a Companhia prometeu trazer milhares de negros escravizados para o território e vendê-los a preços acessíveis. “Esta última providência visava, de certo, a contentar os lavradores maranhenses, em virtude da campanha e da luta da Companhia de Jesús contra a escravização do indígena” (Diégues Júnior, 1950, p. 321).

A Companhia de Comércio do Maranhão não cumpriu sua promessa. Os negros escravizados não foram trazidos para a capitania, e, quando chegavam, eram vendidos por preços superiores aos previstos. Além disso, os produtos importados eram de má qualidade e os preços pagos pelas mercadorias dos maranhenses eram baixos (Diégues Júnior, 1950). Proibidos de utilizar a mão de obra indígena em suas lavouras, desprovidos dos escravizados prometidos e impedidos de comercializar seus produtos livremente, os colonos organizaram uma revolta:

O clamor era geral, e até do púlpito disse, com grandes aplausos, um pregador que o remédio a tantos males estava nas próprias mãos do povo. Em vez de dar alguma providência, o capitão mor encolhia-se, e a idéia de

⁹ No todo, pela promoção da paz.

uma revolução, que não podia deixar de triunfar, tomava corpo. Reunidos em grande número os conspiradores na cerca do convento de santo Antônio, na véspera de sexta feira de Passos, em que o povo em massa se reunira na cidade, 24 de fevereiro de 1684, foi ahi lançado o grito, sendo os principaes cabeças da sedição o portuguez Manuel Bequimão, senhor de engenho no Meary, e cuja palavra era fascinadora para o povo,- e seu irmão Thomaz Bequimão, poeta satyrico, advogado por inclinação, durante os doze annos anteriores, e que ia, por uma carta regia assignada justamente duas semanas depois do dia em que estalava a revolução, ser legalmente confirmado neste exercício (Varnhagen, 1877, p. 776-777).

No trecho, com a utilização do termo “revolução”, Varnhagen amplia a dimensão da revolta e a apresenta como uma ação de ruptura da ordem vigente. Ao afirmar que ele “não poderia deixar de triunfar”, o autor também constrói a ideia de que o movimento possuía uma força difícil de conter. Outra escolha lexical é interessante: o uso da palavra “fascinadora”, utilizada para qualificar o discurso de Manuel Beckman, que evidencia como as falas de um dos líderes do movimento conseguiam prender a atenção do povo.

Varnhagen mencionou alguns movimentos que, inspirados nos princípios franceses de *Liberté, Égalité, Fraternité*¹⁰, ocorreram no final do século XVIII e início do XIX. Na seção XLVIII do segundo tomo, o autor aborda a Conjuração Baiana, revolta que se caracterizou pela participação de negros e pardos, de brancos pobres e de membros da elite intelectual e econômica (Mendes, 2021). Ocorrido em 1798, esse movimento pretendia libertar a Bahia do domínio colonial português, estabelecer um governo republicano e pôr fim à escravidão.

As chammas incendiarias da revolução franceza não deixaram entretanto de saltar ao Brazil, e chegaram quasi a atear, pelas suas labaredas, na Bahia, em agosto de 1798, um incendio, que foi dias antes prevenido. Se a aspiração de Minas, tão patriotica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgámos que foi um bem que se mallograsse, com muita mais razão agradeçamos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra est’outra, com tendencias mais socialistas que politicas, como arremedo que era das scenas de horror que a França, e principalmente a bella ilha de S. Domingos, acabavam de presenciar; sendo alias embalada ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade” (Varnhagen, 1877, p. 1052).

Varnhagen também faz comentários sobre os revoltosos:

Os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiam a quarenta; nenhum delles homem de talento, nem de consideração; e quasi todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos. A pouca valia dos revolucionários se deduz do modo estranho como projectaram levar á execução os seus planos (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 1052).

¹⁰ Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Na primeira passagem, o Visconde de Porto Seguro compara a mobilização baiana com a Conjuração Mineira de 1789, que buscava livrar a capitania do controle lusitano, implantar uma república e reduzir impostos. Embora ambos os movimentos tenham sido influenciados pelos ideais iluministas e questionassem o domínio português, Varnhagen os apresenta de forma diferente. A conspiração mineira é descrita pelo autor como “nobre”, “patriótica” e “habilmente premeditada”,¹¹ enquanto a baiana é associada às “scenas de horror” que foram vistas na ilha de São Domingos e na França no fim do século XVIII.

Além desse aspecto, Varnhagen não apresenta os conspiradores baianos da mesma forma como faz com os envolvidos na Conjuração Mineira. Com relação aos primeiros, o autor não se detém nas trajetórias individuais dos participantes, não explora as motivações que os levaram a organizar o movimento e tampouco aborda as formas pelas quais esses sujeitos tiveram acesso às ideias Iluministas. Varnhagen limita-se a destacar a cor das peles desses indivíduos e suas posições sociais, “quase todos libertos ou escravos”. Quanto aos conspiradores mineiros, o historiador procura descrever a aparência de Tiradentes, homem que, segundo ele, “Era bastante alto e muito espaduado, de figura antipathica, e, feio e espantado” (1877, 2º tomo, p. 1024). Além disso, o Visconde de Porto Seguro ressalta como os sujeitos envolvidos nesse movimento eram letrados: “[...] chegava do Europa [...] José Alvares Maciel [...] depois de formar-se em philosophia em Coimbra [...]” (1877, 2º tomo, p. 1018). Essas escolhas feitas por Varnhagen, que apresenta os participantes da conspiração baiana como um coletivo homogêneo, enquanto individualiza os conspiradores do movimento mineiro, também evidenciam como os dois episódios foram apresentados de maneiras distintas pelo autor.

Na seção LII do segundo tomo, Varnhagen aborda outro movimento que foi influenciado pelas ideias iluministas: a Revolução Pernambucana de 1817. Com o aumento significativo da carga tributária após a chegada da corte ao Brasil, Pernambuco, uma das capitanias mais lucrativas, também se tornou a mais explorada. Diante disso, tanto membros das classes populares quanto homens de posses passaram a acreditar que o rei havia abandonado a região (Cabral, 2022). Assim, organizou-se “[...] a única insurreição

¹¹A Conjuração Mineira, justamente no período em que o historiador escrevia a *História Geral do Brasil*, foi resgatada e utilizada por diversos grupos políticos. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, visto como um patriota exemplar e sendo comparado a Jesus Cristo, “[...] era aceito por monarquistas, abolicionistas (monarquistas e republicanos) e republicanos” (Resende, 2013, p. 175).

anticolonial que conseguiu tomar o poder em toda a história da monarquia portuguesa. O novo país foi soberano durante 74 dias” (Souza, 2022, p. 2). Sobre esse movimento que pretendia libertar Pernambuco do domínio português e implementar ideias republicanas, Varnhagen destaca:

Assim da insubordinação provocada resultára o motim do quartel, que animára o tumulto popular: e triunfante este, porque o governador não cumpriu com os seus deveres, a revolução estava consummada; podendo-se dizer della que alguns a fizeram, poucos a applaudiram, mas quasi todos se foram submettendo (Varnhagen, 1877, p. 1130).

Nesse trecho, Varnhagen organiza os acontecimentos em uma sequência lógica. A insubordinação provocada pelos soldados da província, que capitularam e aderiram ao movimento revolucionário, teria levado o povo a se revoltar e, como o governador não cumpriu seus deveres, o movimento triunfou. Essa estrutura cria a impressão de que os fatos estão interligados e de que um episódio levou, inevitavelmente, a outro. Além disso, essa forma de interpretar o evento tende a reduzir a agência dos sujeitos envolvidos, pois, ao apresentar os acontecimentos como uma sequência inexorável, o autor diminui a importância atribuída às escolhas dos indivíduos.

Para Varnhagen, o movimento pernambucano foi desastroso. Além das despesas geradas pela repressão à insurreição, que seriam pagas pela colônia através dos tributos, houveram consequências políticas consideráveis:

[...] isto deve causar um motivo de suspeita da parte do governo, que temará toda e qualquer proposta de reforma, como symptoma de revolução, e uma correspondente timidez da parte do povo, que receará pedir reforma alguma, com o temor que d'ahi se sigam revoluções, ou suspeitas de haver vistas atraíoadas; e por tanto, os homens bons e cordatos, que realmente desejam ver remediados os abusos de sua patria, antes se sujeitarão aos males presentes do que se arriscarão ao maximo dos males, que é a dissolução do governo (Varnhagen, 1877, p. 1139).

Varnhagen distancia o povo das revoluções. Ao destacar o medo que esse grupo da sociedade, supostamente, apresentava em relação a esse tipo de movimento, o autor deixa implícita a ideia de que essa camada da população prefere a estabilidade à ruptura. Nesse trecho, o uso da palavra “realmente” ao qualificar os “homens bons e cordatos” também sugere a existência de outros sujeitos que poderiam se envolver nessas revoltas não pela defesa dos interesses coletivos, mas em benefício próprio.

Para o Visconde de Porto Seguro, além das consequências negativas, a Revolução Pernambucana também produziu um efeito benéfico. Esse movimento teria sido capaz de “[...] demonstrar ao povo do Brazil que as reformas nunca se devem procurar por meios injustos, quaes são os da opposição de força ao governo e effusão de sangue” (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 1138). Nesse trecho, a atenção volta-se para o uso da palavra “nunca”. Ao empregar esse termo, o autor constrói a ideia de que o movimento pernambucano poderia servir como uma lição à população da colônia. Assim, a adoção do *topos* da história *magistra vitae*¹² se torna perceptível na narrativa.

Sobre o episódio, Varnhagen conclui:

Cabe desde já dizer que a revolução Pernambucana de 1817 não se recommenda, muito mais que a da Bahia em 1798, pelas suas peças officiaes, nem pelos seus actos ou projectos. Nada próprio a inspirar sentimentos de heroismo e de justiça, a enthusiasmar e engrandecer o povo! Tristes symptomas para um revolução em principio! (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 1135).

A avaliação de que a Revolução Pernambucana não apresentava elementos capazes de entusiasmar o povo é reiterada em outras passagens: “[...] podendo-se dizer della que alguns a fizeram, poucos a applaudiram, mas quasi todos se foram submettendo” (1877, 2º tomo, p. 1130). Assim, Varnhagen constrói a narrativa de que uma das principais fraquezas do movimento pernambucano era a falta de apoio popular. Em sua interpretação, a adesão do povo aparece como um critério para avaliar a força de um movimento revolucionário.

Considerações finais

Varnhagen utiliza diversos recursos narrativos nos trechos em que aborda os movimentos populares: constrói frases que evidenciam o suposto contraste existente entre o comportamento adotado pela população e pelos governantes, utiliza termos que produzem ambiguidades e, ao mesmo tempo, recorre a palavras com significados mais delimitados. Em sua narrativa, também é notável a escassez de informações sobre essas revoltas organizadas pelas camadas mais baixas da sociedade. Na maior parte das vezes, esses recursos dificultam uma compreensão mais aprofundada dos episódios narrados.

Apesar dessas questões, a narrativa construída por Varnhagen em sua *História Geral do Brasil* consegue revelar, ainda que de forma breve, a participação ativa do povo na

¹² Essa tradição historiográfica vê o passado como capaz de transmitir valores e ensinar através do exemplo.

construção da nação brasileira. As descrições dos movimentos populares evidenciam a existência de episódios de mobilização e resistência da população diante de determinações que afetavam a ordem social.

Assim, conclui-se que havia um lugar complexo e específico para o povo na interpretação histórica do Visconde de Porto Segura. O autor secundariza a participação popular de caráter revolucionário e, ao mesmo tempo, utiliza formas narrativas que revelam a presença dos membros das camadas mais baixas da sociedade nos processos políticos. O apagamento da atuação política das classes menos favorecidas não ocorre de forma explícita. Embora os movimentos populares sejam mencionados com frequência em sua obra, é nas entrelinhas da narrativa que se evidencia seu caráter conservador.

No século XIX, parte significativa das elites letradas privilegiou narrativas centradas nas ações dos grandes homens e em seus feitos heroicos, relegando ao povo um papel secundário. Esta pesquisa insere-se em um esforço historiográfico mais amplo que busca problematizar essa perspectiva, evidenciando como as classes populares participaram ativamente da construção da nação. A partir da análise da obra de Varnhagen, foi possível demonstrar que mesmo narrativas de caráter conservador preservam vestígios da agência dessas populações. Dada a complexidade do tema, ainda se faz necessário investigar de forma mais aprofundada a presença do povo nas obras historiográficas produzidas no século XIX.

Fontes

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil, antes de sua separação de Portugal**. 2. ed. Vienna: E. & H. Laemmert, 1877. 2 v. 1260 p., 14 fls. gravs.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Povos Indígenas e “História Geral do Brasil”: permanências de depreciação e negação em Varnhagen. **História Unicap**. Recife, v. 7, n. 13, p. 249-262, 2020.

CABRAL, Flávio José Gomes. A Revolução de 1817 e suas Dimensões Internacionais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Sergipe, v. 1, n. 52, p. 77-100, 2022.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Autêntica, 2018.

DE SOUSA SÁ, Ana Priscila. Varnhagen, o IHGB e a escrita de uma história geral. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 13, n. 27, p. 268-285, 2024.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. As companhias privilegiadas no comércio colonial. **Revista de História**. São Paulo: v. 1, n. 3, p. 309-337, 1950.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: v. 388, p. 459-613, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, jan., p. 5-27, 1988.

LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como «começo»: A Historia de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Mariana, v. 14, n. 35, p. 225-253, 2021.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Perspectivas de liberdade e igualdade na "Revolução" Baiana de 1798. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**. Sevilha, v. 23, n. 46, p. 103-123, 2021.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.115-133.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTORIA ECONÔMICA, V, 2003. **Anais/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**. Belo Horizonte: ABPHE. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora brasiliense, 1963.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. O Uso Político da Conjuração Mineira: São João Del-Rei (1877-1889). **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Morrinhos: v. 4, n. 2, p. 169-191, 2013.

SOUZA, George F. Cabral de. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). Movimentos influenciados por ideias libertárias fez com que região tomasse o poder e se separasse de Portugal, esquentando caminho para tornar o Brasil independente. **Cienc. Cult.**. São Paulo: v. 74, n. 1, mar., p. 1-7, 2022.